

PRIVATIZAÇÃO E ENERGIA ELÉTRICA: DEBATE PRELIMINAR SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO PAULISTA E A CRISE DE RACIONAMENTO DE ENERGIA

Alessandro André Leme

Depto. de Ciência Política do IFCH da UNICAMP

APRESENTAÇÃO

A compreensão do Neoliberalismo e da Globalização enquanto processos mundiais, cujos reflexos e/ou influências foram sentidas e vivenciadas em esfera global, nos apresentou simultaneamente um processo de universalização de padrões e orientações político-econômicas, e, também salientou-se as diferenças culturais, econômicas, políticas e sociais existentes entre os países do Norte e do Sul. Com isto, a busca de inteligibilidade ao Neoliberalismo e a Globalização vão para além da capacidade de defini-las, perpassam também pela identificação de suas manifestações de forma desigual e combinada entre os diversos países no mundo.

Durante a década de 1990 houve um movimento global de Reformas do Estado, dentre elas, as de orientação para o mercado, principalmente as ocorridas nos países tidos em desenvolvimento, cujo, as proposições e orientações das agencias multilaterais e organismos internacionais se fizeram mais presentes. O conjunto de reformas foi orientado para o que podemos chamar de reformas liberalizantes para o mercado (“jogar” para o setor privado os setores econômicos possíveis de lucro), dentre elas, destacamos o caso do setor de infra-estrutura energética no Brasil, mais precisamente, o caso Paulista, que se consolidaram nas “mãos” durante as décadas de 1960/70 e que na década de 1990, sofreram fortes influências privatistas (na geração, distribuição e transmissão).

Aqui neste *paper*, pretendemos apresentar, mesmo que de forma preliminar, dois aspectos contidos no conjunto de reformas realizadas no setor elétrico paulista, a saber: primeiramente a reestruturação do mesmo que passou por processos de cisões de empresas (CESP) e privatizações; em segundo lugar, alguns dos efeitos gerado pela crise ocorrida em 2001 – denominada de Crise de Racionamento. Para tanto nos apoiamos em discussões bibliográficas, documentais e entrevistas semi-estruturadas com atores/agentes governamentais, instituições de defesa do consumidor e instituições de pesquisa e acervo histórico.

A REESTRUTURAÇÃO NO SETOR ELÉTRICO PAULISTA: NOTAS PRELIMINARES

Para analisar o caso paulista, faz-se necessário uma breve apresentação histórica da Light, que se instalou em São Paulo em 1889 e no Rio de Janeiro em 1905. A Light encontrou nas duas cidades as condições propícias para o desenvolvimento de suas atividades: *produção e distribuição de energia elétrica* e o transporte urbano eletrificado – bondes. Uma vez tendo conquistado a concessão, a empresa canadense se depa-rou com condições favoráveis para exploração do potencial hidroelétrico das bacias dos rios Tietê (SP) e Paraíba (RJ).

A Light ainda contou com o dinamismo urbano e econômico das duas metrópoles em que se instalara. O rápido desenvolvimento desses dois mercados consumidores (que na época já eram uma das cidades mais dinâmicas e mais importantes do país), possibilitou a rápida realização em novos investimentos de porte cada vez maior.

As crescentes disponibilidades de energia elétricas a preços relativamente constantes influenciaram tanto o processo de urbanização, quanto de industrialização. Com o aumento do parque industrial, há sensível aumento da demanda por energia elétrica, capitalizando cada vez mais a Light. Porém, a Light não se restringiu ao poder econômico que possuía, ela também apresentou, desde sua instalação, boas relações com as oligarquias locais (representadas pelo PRP – Partido Republicano Paulista). A Light, aos poucos, tomou o espaço dos serviços de bondes a tração animal substituindo-os pelo bonde elétrico e também passou a monopolizar a iluminação da cidade de São Paulo.

Já na década de 20, a Light expandia consideravelmente sua área de atuação e de concessão, incorporando várias pequenas empresas de energia elétrica no vale do Paraíba e interior do Estado (Jundiaí, Itu, Porto Feliz e etc.). Absorveu, ainda, a Cia. de Gás e a Cia. Telefônica através da Brazilian Traction. Nesse mesmo período, também aumentou sua capacidade produtiva com a construção da usina de Cubatão.

No final da década de 20, a Light obteve o monopólio dos serviços públicos fundamentais (produção e distribuição de energia elétrica, transportes coletivos – bondes –, gás e telefone). O imenso poderio econômico, aliado com as boas relações que possuía com as oligarquias dominantes, foi fundamental para tal feito.

A década de 20 não foi só marcada pelo grande sucesso da Light. Essa mesma década apresentou alguns problemas e algumas contradições que num espaço de tempo pequeno, levou à derrocada do regime oligárquico. Primeiramente pelos problemas relacionados com a política de valorização do café que vinha prolongando de forma artificial o fôlego da economia agro-exportadora, em profunda crise desde o começo do século XX.

Em segundo, relaciona-se às cisões nas oligarquias estaduais, motivadas, em grande parte, pelas reivindicações de setores oligárquicos de alguns Estados de maior participação na política federal que privilegiava explicitamente São Paulo e Minas Gerais. E em terceiro lugar, a oposição da burguesia – da época – e camadas médias urbanas que buscavam maior participação no poder.

Em quarto, os combates dos trabalhadores assalariados urbanos da época que simultaneamente reivindicavam medidas imediatas e esboçavam projetos de transformações radicais. E por último, a mobilização de setores das Forças Armadas que propugnavam contra as oligarquias por meio dos levantes “tenentistas” – a revolta do forte de Copacabana (1922); o levante de São Paulo e seu desdobramento na Coluna Miguel Carlos Preste (1924).

Com a política inflexível de Washington Luis e pela crise de 1929, houve acirramento nas fraturas das oligarquias estaduais. A oligarquia do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba alinhados na Aliança Liberal, com o apoio do Exército e de outras forças políticas, preparou

uma insurreição após as eleições de 1930 (muito questionado pela Aliança Liberal).

Com a vitória da Aliança Liberal em 24 de outubro, Getúlio Vargas assume o governo provisório que mesmo ao contar com o apoio e a simpatia popular, optou por um governo de cima para baixo, mantendo o povo afastado do poder, utilizando-se de coerção quando preciso. O movimento era portador de uma filosofia que é bem definida pela fala de Antônio Carlos Andrada (mineiro): “*Façamos a revolução antes que o povo a faça*” (apud. Eletropaulo, 1997).

Nos anos 30, no governo de Vargas o Estado passou por uma forte e rápida modernização, passando inclusive a ter importante papel na acumulação de capital, no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações de produção. O Estado passou por um reordenamento, centralizando-se e intervindo em diversos setores da vida sócio-econômica e política do país. Novos órgãos e institutos são criados, há grandes investimentos para criação de insumos industriais, implanta-se a legislação trabalhista (justiça do trabalho, jornada de 8 horas, carteira profissional, salário mínimo e subordinação dos sindicatos ao Estado). E ainda instituiu-se o novo Código Eleitoral (voto secreto, Justiça Eleitoral, direito de voto às mulheres, voto obrigatório).

Com a derrocada da oligarquia paulista no levante de 1932, há um reordenamento das forças políticas no poder, permitindo com isto que Vargas se reelegesse na Constituinte corporativa de 1934, recompondo setores da classe dominante.

As crises políticas que se iniciam em 1935, levou os aliancistas (Aliança Nacional Libertadora – ANL) a se organizarem nos quartéis, desencadeando violenta repressão, estabeleceu-se então um Estado de Sítio e foi criado o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Esses fatos foram cruciais para a implantação da ditadura por Vargas em 1937 (Estado Novo) que se constituiu em um golpe de Estado com a outorga de uma nova Constituição, com a suspensão das eleições, extinção dos partidos e o fechamento do Congresso, além de censura e outras medidas repressivas.

Com esse movimento político-militar de 1930, que reordenou a política econômica do Estado, impulsionando as transformações no sen-

tido da industrialização e de uma sociedade de bases urbanas, também foi responsável pela redefinição do papel do Estado no controle e fiscalização das empresas concessionárias de eletricidade.

Foi justamente em 1931 que Vargas através de decreto, regulamentou o aproveitamento e a propriedade das quedas d'águas, afetando diretamente a Light, barrando a absorção de usinas de pequeno porte e refreando o processo de concentração do setor elétrico. Em 1933, outro decreto extinguiu o aumento das tarifas dos serviços públicos (gás, telefone, eletricidade e transporte coletivo) com a criação da chamada "*cláusula ouro*", que propunha que os preços fossem reajustados periodicamente conforme as flutuações da taxa cambial. Por fim, em 1934, o governo provisório promulgou a Código de Águas que passaria a regulamentar dentre outras coisas, o setor de energia elétrica.

As medidas de ordem política e econômica no Brasil na década de 30 afetaram os interesses, negócios e lucros da empresa Canadense Light, estabelecendo uma relação tensa e conflituosa entre a mesma e o Estado.

Em 1942, as forças políticas democráticas começariam a reaparecer no cenário nacional e, por pressão dessas forças (populares), o Brasil entra na guerra ao lado dos aliados. Esse fato criou um paradoxo, pois, o país lutava na Europa contra o nazi-facismo, ao mesmo tempo em que no regime do Estado Novo guardava muitas semelhanças com o mesmo.

Porém foi só após 1943, que o movimento oposicionista toma corpo e reivindica reformas jurídicas e institucionais, anistia, eleições, convocação da Constituinte e liberdade de expressão, aglutinando vários setores da sociedade numa ampla frente democrática contra a ditadura estado-novista.

No primeiro semestre de 1945, o movimento democrático tem várias conquistas: é rompida a censura da imprensa, conquista-se a anistia, são marcadas as eleições, os partidos são legalizados, inclusive o PCB (sendo jogado na clandestinidade em 1947 já no governo Dutra), é convocada a constituinte. Foi um período histórico de rápida e eficaz mobilização social em busca de uma reorganização política, econômica e social do país.

Numa tentativa de impor limites ao processo crescente de democratização e de participação popular, o general Dutra e o general Gois

Monteiro apoiados por forças liberais-conservadoras em 29 de outubro depõem Vargas.

As eleições de 1945, foram as mais democráticas¹ realizadas no país até então, sendo disputadas por doze (12) partidos e elegendo o Presidente da República e mais 320 parlamentares para compor a Assembléia Constituinte. Passados seis meses a nova constituição estava elaborada já sob a perspectiva democrática. Nesse momento a Light volta a influenciar de forma direta a política estadual e nacional, tendo um de seus advogados – Pereira Lyra – chamado para ocupar o cargo de chefe de polícia do governo. Durante a constituinte, a Light e outras grandes empresas (Bond&Share, Standart) tiveram muita influência.

Em 1947, por inspiração da guerra fria o governo põe o PCB na ilegalidade e fecha diversas organizações operárias (MUT, CGTB), intervém em vários sindicatos, faz uma lei de greve, impõe uma lei de Segurança Nacional, desencadeia a perseguição política e toma muitas medidas repressivas. Na esfera econômica o modelo liberal é tomado como exemplo a ser seguido, concomitantemente com a neutralização dos instrumentos criadas na década anterior de intervenção estatal.

Através do Plano Salte e das propostas da Missão Abbink, formada por técnicos brasileiros e norte americanos, adota-se uma política privatista e de apoio ao capital estrangeiro.

Em 1947, a Light passa o sistema de transporte (bondes) para o município, que por sua vez criou a Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC e nesse mesmo ano ainda foi criada a Cia. Brasileira Administradora de Serviços Técnicos – Cobast, cuja função era a de centralizar a administração e a coordenação das operações das empresas do grupo Light no Brasil.

Por outro lado, na tentativa de aumentar suas taxas de lucro, a Light começa a utilizar o mecanismo de obtenção de empréstimos do exterior, tendo já em 1948 a garantia do tesouro Nacional para contrair um empréstimo de 90 milhões de dólares do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Esse processo demonstrou que tais

¹ Para muitos cientistas políticos, essa teria sido a primeira experiência democrática de fato no Brasil.

mecanismos estavam ligados a operações financeiras na relação da matriz-subsidiárias (repasse de empréstimos diretos), ou seja, havia intermediações da matriz na obtenção de empréstimos no mercado financeiro internacional com cobrança de elevadas comissões e também de ganhos através da política cambial brasileira.

A lógica que permeava tal postura advinha da pretensão da Light lucrar acima das taxas de remuneração legal, bem como remeter lucros sob forma de juros, garantindo a lucratividade da matriz em detrimento da lucratividade das subsidiárias (Eletropaulo, 1989).

Com a volta de Vargas, em 1951², o Estado volta a ter importância para a resolução dos principais problemas econômicos do Brasil, tendo como meta o desenvolvimento industrial acelerado e ao fortalecimento do capital nacional.

O planejamento proposto por Vargas foi resumido da seguinte forma por Draibe: *“A implantação da industrialização num processo rápido, concentrado e a partir de inversões públicas e privadas em infraestrutura e indústrias de base, reservando à empresa estatal um papel estratégico e dinâmico; capitalização da agricultura apoiada na modernização da produção rural; organização de um sistema financeiro com a criação de um banco estatal central e bancos regionais; na ampliação e racionalização da arrecadação tributária para dinamizar e dirigir adequadamente o fluxo de investimentos públicos e privados; articulação da economia brasileira à entrada de capital externo nas áreas prioritárias de investimentos e limites à remessa de lucros; redistribuição da renda e a melhoria das condições básicas de vida das massas urbanas, principalmente transporte e alimentação”* (apud. Eletropaulo, 1989:22).

Este projeto de desenvolvimento orientou a política energética no sentido da empresa pública, cuja criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) foi de fundamental importância no programa de eletricidade. Baseado nessa política, Vargas, em 1954, envia para o Congresso projetos criando o imposto único sobre energia elétrica, a Eletro-

² Nas eleições realizadas em 1950, Vargas foi eleito com 48,7% dos votos, derrotando nas urnas os seus concorrentes Eduardo Gomes e Cristiano Machado por uma larga diferença (Fausto, 2001).

brás e o Plano Nacional de Eletrificação. Exceto o último, os outros dois foram postos em prática posteriormente. Pode-se dizer que a partir desse momento histórico o Estado brasileiro toma para si a função de investir grandes recursos na produção de energia (que ainda permanece na sua vocação hidráulica).

Com a aproximação de Vargas as “massas trabalhadoras” por intermédio de seu ministro do trabalho – João Goulart, houve uma rearticulação dos setores conservadores e golpistas das Forças Armadas e da classe dominante ligados ao grande capital internacional. Os conflitos decorrentes dessa conjuntura provocaram uma crise política que levou ao suicídio de Vargas. Impossibilitados de impor seus intentos, esses setores conservadores voltam a tona no ano seguinte tentando impedir a posse de JK e Jango, que acabam tendo assegurada a posse graças a intervenção de uma fração legalista do Exército, sob o comando do general Lott (Eletropaulo, 1989).

O governo de Vargas no começo da década de 50 foi marcado por um desenvolvimento capitalista monopolista. Já, a partir de JK, com o Plano de Metas, o grande capital dos países industrializados penetra sensivelmente na indústria brasileira, desenvolvendo a indústria pesada (fabricação de automóveis e caminhões, de material elétrico, de eletrodomésticos, de produtos químicos, farmacêuticos e de matéria plástica, dentre outras) também com feições monopolistas.

Simultaneamente ao crescimento industrial, o Estado dava o aporte através do capital estatal com a construção de rodovias e pela ampliação do potencial de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Como podemos perceber, foi justamente durante o processo de industrialização pesada que o setor de empresas públicas direcionadas a geração elétrica se organizou, deixando para o setor privado a distribuição de energia.

As transformações ocorridas a partir da década de 50 no setor elétrico, tanto na parte institucional quanto na escala técnica da produção, consolidaram com a criação da Eletrobrás no início da década de 60, levando o Estado a um comprometimento intervencionista no planejamento e na administração da indústria de energia elétrica no Brasil.

O grande dinamismo urbano industrial acirrado a partir da década de 50 no Brasil fez com que o setor elétrico, principalmente o paulista, o

acompanhasse, porém, para o dispêndio de tais investimentos, o capital privado não tinha interesse (a não ser que o custo fosse passado aos consumidores, o que prejudicaria em muito a industrialização e urbanização do país). A solução encontrada foi a entrada do Estado onde requeria maiores massas financeiras, tal como a geração e transmissão elétricas significativos avanços decorrentes das crescentes forças sociais nos primeiros anos de 60 são evidenciados pelas demandas criadas pelos mesmos, dentre elas, destacamos as exigências de promoção de reformas estruturais e/ou de base; e por mudanças democráticas no país (permitindo-se com isso uma maior participação dos trabalhadores urbanos e rurais nos processos políticos).

Em contraposição, as forças conservadoras iniciaram uma campanha de desestatização política que acabou por dividir as forças do campo democrático em 1962. Paralelamente a isso havia ainda a crise política decorrente da renúncia de Jânio Quadros. Dado esse quadro de crise político institucional juntamente com a união de setores conservadores de diversas instâncias sociais (igreja, empresários, forças armadas, camadas médias dentre outras) criou-se condições para que o golpe fosse realizado em 1º de abril de 1964, data que foi deposto o governo constitucional de João Goulart.

Com o golpe o poder é assumido por uma junta militar que assume o controle do país e imediatamente começa a implantar medidas que iam de cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos, prisões e intervenções em sindicatos e demais entidades. Nos anos seguintes as medidas arbitrárias continuariam (extinção dos partidos políticos, permitindo apenas um partido de situação e um outro de oposição; atos institucionais e eleições indiretas). Começava-se um longo período de ditadura no país cujo lema era: "*Desenvolvimento e Segurança*".

O modelo econômico que foi montado a partir daí consistia nos seguintes pressupostos: abertura da economia ao exterior, mediante estímulos às exportações e ampla importação de capitais, tanto sob forma de investimentos como de empréstimos; expansão de crédito ao consumidor; estímulo à poupança interna mediante a correção monetária das taxas de juros; política salarial e trabalhista capaz de proporcionar às empresas mão de obra barata, abundante e bem disciplinada (Singer, 1995).

Por decorrência do modelo adotado a partir de JK, houve grande concentração do capital, endividamento externo e arrocho salarial dentre outros fatos deletérios à sociedade brasileira da época. A partir de 1973-74 o modelo começa apresentar problemas conjunturais e estruturais, levando o país à uma crise econômica e social mais duradoura.

O setor elétrico em particular recebeu, durante os primeiros dez anos da ditadura militar, um aporte financeiro significativo, o que permitiu que o setor ampliasse a capacidade instalada de geração³. A partir de 1974, com a crise econômica nacional e internacional, os investimentos no setor elétrico passaram a subordinar-se às diretrizes da política econômica que estava centrada no pagamento da dívida externa e no combate a inflação, trazendo sérios problemas para a continuidade da expansão do setor.

Desde a crise iniciada em meados de 1970, passando por toda a década de 1980, os anos noventa começam tendo como marco as proposições de reformas em diversos setores de infra-estrutura, dentre eles, o da energia elétrica. O Estado de São Paulo por sua vez, também não ficou de fora das reformas propostas, dentre as quais destacamos as referente a reestruturação do setor elétrico paulista que assim como no Brasil é eminentemente oriundo de fontes hidroelétricas. Das principais reformas destacamos a privatização na geração e distribuição de energia.

O governo do Estado de São Paulo, seguindo a mesma orientação do governo federal, também acompanhou a tendência de transferir à iniciativa privada as empresas até então sob sua tutela. Tal movimento deu-se no setor elétrico paulista a partir de 1996, com a regulamentação da lei estadual n.º 9.361/96. A privatização do setor elétrico paulista se deu sob as orientações do Programa Estadual de Desestatização (PED).

Todavia, questões complexas envolviam a nova opção política de gestão do setor elétrico no estado de São Paulo. Com efeito, o sentido unidirecional dos discursos privatistas não resistia a uma análise mais atenta de sua lógica conceitual e dos procedimentos que viabilizariam sua efetivação.

³ A empresa Light tinha uma concessão de exploração dos recursos hidroenergéticos de 100 anos e, faltando apenas alguns anos para o encerramento desta concessão a empresa foi estatizada pelo governo Geisel.

No que se refere à “privatização” das dívidas das empresas estatais, ainda que sob um olhar estritamente contábil, a alternativa privatista, da forma como foi conduzida nos pareceu absolutamente desnecessária, pois os aspectos relacionados ao melhoramento administrativo das empresas do setor reflete na verdade uma opção política adotada pelo Estado brasileiro ao longo dos últimos 20 anos. A suspensão da captação de recursos externos para investimentos em infra-estrutura (suspensão esta inclusive imposta pelo Fundo Monetário Internacional nos últimos acordos estabelecidos com o governo brasileiro) comprometeu a capacidade de expansão do setor elétrico regional e nacionalmente. Além disso, o próprio Estado diminuiu sensivelmente os gastos públicos da União em geração, transmissão e distribuição de energia. Conforme nos mostra Gasques (2001), de 1980 a 1999, os gastos totais na função Energia e Recursos Naturais do orçamento da União caíram 11,34%, tendo este sido o maior declínio dentre todas as funções orçamentárias⁴.

Por outro lado, a privatização do setor foi sendo financiada em grande parte pelo dinheiro público. O BNDES financiou as empresas estrangeiras no equivalente à metade do valor de leilão das empresas privatizadas⁵.

São Paulo tinha, até então, três grandes empresas estatais de energia elétrica, a CESP, a ELETROPAULO e a CPFL, que eram responsáveis pela produção e distribuição de energia no estado.

A CESP foi constituída, em 5 de dezembro de 1966, como Centrais Elétricas de São Paulo a partir da fusão de 11 empresas de energia elétrica. O objetivo era centralizar o planejamento e racionalização dos recursos do estado de São Paulo no setor energético.

⁴ Cabe ressaltar que neste mesmo período (1980-1999) o Orçamento Geral da União recebeu um incremento de 12,21% (Gasques, 2001).

⁵ - A esse respeito nos fala Paulo Nogueira Batista Jr. em entrevista ao jornal Folha de São Paulo do dia 13 de novembro de 2000, no caderno Dinheiro, que “... um banco nacional de desenvolvimento não deve financiar empresas estrangeiras. Elas têm um acesso ao mercado internacional de capitais muito maior do que as nacionais...”. Nessa entrevista Nogueira defende a volta de um nacionalismo desenvolvimentista adequado as novas configurações mundiais, sem perder de vista a necessidade de buscar uma maior competitividade no cenário internacional.

Das 11 fusionadas, cinco eram empresas de economia mista com participação majoritária do governo estadual. Eram elas: Usinas Elétricas do Paranapanema (Uselpa), Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo (Cherp), Centrais Elétricas de Urubupungá (Celusa), Bandeirante de Electricidade e Companhia Melhoramentos de Paraibuna (Comepa).

Duas dessas empresas estatais englobavam seis empresas particulares. A Cherp detinha o controle acionário da Central Elétrica de Rio Claro (Sacerc) e de suas associadas, a Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu, a Companhia Luz e Força de Jacutinga e a Empresa Luz e Força de Mogi Mirim. A Belsa controlava a Companhia Luz e Força de Tatuí e a Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê.

Em 27 de outubro de 1977, a razão social da CESP foi alterada para Companhia Energética de São Paulo. O objetivo foi ampliar a atuação da empresa, abrindo espaço para o desenvolvimento de outras atividades além das tradicionais relativas aos serviços públicos de energia. Teve início o estudo de fontes alternativas de energia, como o hidrogênio e o metanol.

A CESP, desde a sua criação, foi a maior empresa de geração de energia elétrica brasileira. A tecnologia desenvolvida pela companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica é reconhecida mundialmente. Os trabalhos na área de meio ambiente e hidrovias foram pioneiros no setor elétrico brasileiro, contribuindo para destacar ainda mais a atuação da CESP.

Com o processo de reestruturação visando a privatização das empresas supra, a CESP (Companhia Energética de São Paulo), a maior geradora do estado e uma das maiores do país, tinha sob sua responsabilidade a distribuidora Elektro⁶. A Elektro foi privatizada em 16 de julho de 1998, e a empresa ganhadora do leilão foi a ENRON⁷. O valor de sua venda foi de 1,479 bilhões de reais.

A CPFL que foi privatizada em 05 de novembro de 1997, por 3,014 bilhões de reais, é controlada agora pelo consórcio VBC (Votoran-

⁶ Elektro foi o nome dado a empresa de distribuição de energia da CESP para ser privatizada.

⁷ Empresa recentemente envolvida em escândalos contábeis em seu país matriz.

tim, Bradesco e Camargo Corrêa), pela Previ e pelo fundo de pensão dos funcionários.

A ELETROPAULO foi dividida em quatro empresas, mas só as duas empresas de distribuição (ELETROPAULO Metropolitana e Empresa Bandeirante de Energia) foram privatizadas. A ELETROPAULO Metropolitana foi comprada pelo consórcio LIGHTGÁS Ltda pelo preço mínimo de 2,026 bilhões de reais. A LIGHT controla as duas regiões de maior consumo do país – o Rio de Janeiro e São Paulo (uma das maiores regiões consumidoras da América do Sul). O consórcio supra é formado pelas empresas AES⁸ (Applied Energy Services), a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a EDF (Electricité de France)⁹ e a Reliant Energy Internacional (Houston).

A Empresa Bandeirante de Energia não foi vendida a primeira vez que foi a leilão, sob a alegação de que o preço mínimo estava muito alto, retardando o cronograma de privatizações previstas. A empresa foi vendida posteriormente para a concessão composta pelas empresas EDP (Eletricidade de Portugal) e CPFL ao preço de 1.014 bilhões de reais.

Deste modo, as privatizações das empresas de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo ficaram sob a seguinte configuração: duas delas ficaram controladas integralmente por grupos estrangeiros, uma formada por consórcio nacional e uma mista. A empresa nacional participante da concessão da empresa Bandeirante é controlada pelo consórcio ganhador do leilão da CPFL. Demonstrando que a empresa nacional que controla um consórcio e que participa em outro de forma mista com o capital estrangeiro é a mesma, ou seja, o capital nacional que tem conseguido adentrar/comprar as empresas leiloadas se restringem a poucos grupos econômicos hegemônicos, a saber: o consórcio VBC.

O Quadro 1, a seguir, elenca algumas informações sobre o processo de privatização das empresas de distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo como uma forma de sintetizar e apresentar (de forma didática) os compradores, a data, o valor da venda e o ágio conseguido nas transações.

⁸ Empresa Norte Americana que em 1998 já estava presente em cerca de 35 países do mundo.

⁹ Empresa estatal francesa.

Quadro 1

Data da privatização e valor da venda das empresas de distribuição de energia do Estado de São Paulo

Empresas Distribuidoras	Data Leilão	Venda (US\$)	Ágio (%)	Grupo Controlador
CPFL	05/11/97	2.730.649.432,71	70,12	VBC
ELETROPAULO	15/04/98	1.777.835.455,79	0,00	LIGHTGÁS
ELEKTRO	16/07/98	1.275.222.663,48	98,94	ENRON
BANDEIRANTE	17/09/98	867.113.100,02	0,00	EDP e CPFL

Fonte: Eletrobrás (www.elektrobras.gov.br)

VBC – consórcio (Votorantim, Bradesco e Camargo Correa), Fundo de Pensão do Banco do Brasil e BONAIRE (Fundos de Pensão da CESP, SISTEL, ECONOMOS, PETROS, SABESPREV, METRUS e BABESPREV)

LIGHTGÁS – Reliante Energy Internacional (Houston), EDF (Electricité de France), AES, BANESPar e CSN (Companhia siderúrgica Nacional)

ENRON – EPC – Empresa Paranaense Comercializadora, ENRON e ETB

EDP e CPFL – EDP (Electricidade de Portugal) e CPFL (VBC)

A privatização do setor elétrico paulista acabou reproduzindo o discurso do governo federal, reafirmando que a mesma seria a melhor alternativa para o Estado no que tange à oferta e a demanda de energia elétrica, como também, o melhor caminho para o retorno do desenvolvimento estadual. Os argumentos em defesa de tais proposições são basicamente feitos sob três vertentes:

- a) a primeira, seria para a maior obtenção de lucros e o pagamento do endividamento das empresas (“privatização” das dívidas públicas);
- b) a segunda, seria para o aumento da produção energética para suprir a demanda e aumentar a porcentagem da população que tem acesso a ela (universalização do serviço); e
- c) a terceira, é a reorganização do papel do Estado, deixando de ser investidor para ser o fiscalizador, regulador de investimentos oriundos do setor privado.

Em oposição ao discurso oficial da privatização, há também a veiculação do discurso de que esta alternativa era desnecessária, pois, crê-se que, uma vez melhorada a administração das empresas, evitando os gastos desnecessários e não inchando as estatais com uma quantidade de

funcionários maior do que a necessária para o funcionamento da empresa, elas seriam lucrativas (Biondi, 1999).

Como já exposto acima, a privatização foi financiada, em grande parte, pelo dinheiro público, via BNDES que tem financiado as empresas estrangeiras no equivalente à metade do valor de leilão das empresas a serem privatizadas. A AES, compradora da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê e a Duke Energy, compradora da Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema são apenas algumas das empresas que se beneficiaram desse financiamento. O Estado ainda tem aceitou títulos “podres”¹⁰ como parte do pagamento (Cano, 2000).

Para que a privatização ocorresse no setor elétrico paulista o governo realizou algumas cisões em algumas das empresas de geração e distribuição do Estado. Uma das cisões mais importante foi a da CESP, sem o qual não se poderia realizar as reformas na referida empresa. A CESP ficou dividida em três empresas de geração e uma de transmissão (Figura 1).

A Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (CGEET) foi vendida à empresa Norte Americana AES e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema (CGEEP) foi vendida a também norte americana Duke Energy. A CESP Paraná ainda continua sobre concessão estadual, assim como também a empresa de transmissão por enquanto permanecerá sob responsabilidade estatal.

O quadro atual da participação das empresas na energia gerada no Estado de São Paulo acumulada em 12 meses (findos em março de 2000

¹⁰ Por “moedas podres” compreendem vários títulos de dívidas do governo federal, como por exemplo, os da Dívida Agrária, Siderbrás, CP, OFND dentre outros, além da pequena quantidade de títulos da dívida externa. As “moedas podres” constituíram-se na maior parte das privatizações ocorridas entre 1991 e 1995, (Cano, 2000:253). Esta opção pela aceitação de “moedas podres” passou por dois ordenamentos: o primeiro foi à escolha arbitrária de que elas poderiam ser aceitas nos leilões e a segunda, embora valessem no mercado secundário algo em torno de 45 % de seu valor nominal, foram aceitas por seu valor integral (salvo os da dívida externa, que tiveram deságio de 25 %), proporcionando ganhos extraordinários para seus vendedores e para os compradores (que compravam ativos pagando cerca da metade de seu valor). (Cano, 2000:254).

– 58,917 GWh), é a seguinte: a CESP Paraná responde por 51%, a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (CGEET) por 23%, a Companhia de Geração de Energia Elétrica Parapananema (CGEEP) por 20%, a Empresa Metropolitana de Água e Energia S.A (EMAE) por 5% e as demais empresas por apenas 1% (Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, 2000).

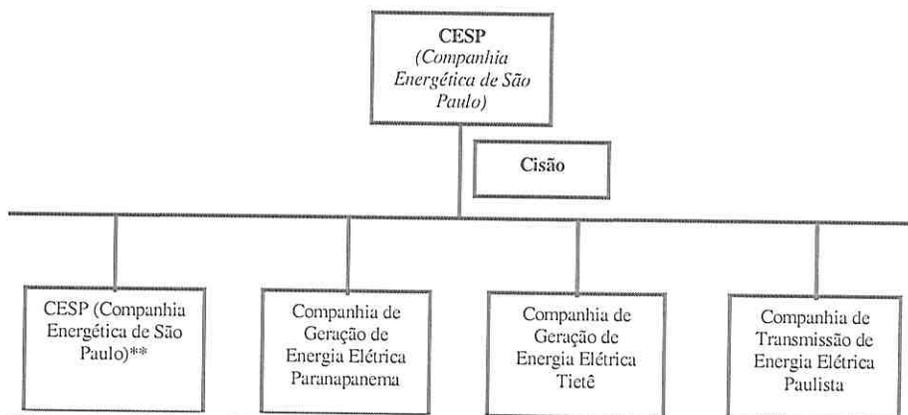


Figura 1 - Cisão da CESP – Privatização do setor elétrico Paulista*

* Este organograma foi extraído da Audiência Pública da CESP para privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (www.cesp.com.br)

** A CESP, ou como tem sido denominada, CESP Paraná (por conter as usinas que utilizam o aproveitamento fluvial do Rio Paraná).

A geração de energia elétrica do Estado de São Paulo, também está sendo comprada pelo capital privado estrangeiro. Embora a empresa CGEEP tenha sido vendida a um ágio de 90,91% e a CGEET a um ágio de 29,97%, alguns autores afirmam que o valor estipulado para o leilão estava abaixo do valor real das empresas (Biondi, 1999 e Cano, 2000).

O Quadro 2 enumera informações acerca da privatização da geração de energia elétrica paulista, como o valor da venda, os respectivos ágios e os grupos compradores como forma de evidenciar a influência que os grupos estrangeiros tem tido no processo de privatização.

Quadro 2

Data da privatização e valor da venda das empresas de geração de energia elétrica do Estado de São Paulo

Empresas Geradoras	Data	Venda (US\$)	Ágio (%)	Grupo Controlador
CGEEP	28/07/99	651.465.111,33	90,21	DUKE ENERGY
CGEET	27/10/99	721.756.675,07	29,97	AES
CESP*	**			

CGEEP – Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema

CGEET – Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê

CESP* - CESP Paraná

** Houve duas tentativas com sucessivos insucessos para privatizar esta empresa e, com a deflagração da crise no setor em 2001 ela saiu da pauta das privatizações.

Outros fatores, instituições e/ou arranjos político-institucionais presentes e essenciais para a reestruturação – privatização – do setor elétrico paulista foi a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo e a Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE). Essa segunda de caráter regulatório e implementadora e executora de muitas das proposições advindas da ANEEL.

A Secretaria de Energia do Estado de São Paulo apresentou segundo a assessoria do secretário de energia a seguinte configuração e objetivo:

“O objetivo da Secretaria, além de coordenar as empresas ligadas ao setor elétrico (hoje nós temos duas empresas de transmissão – a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e a Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica; a CESP que é uma geradora remanescente da grande CESP – ela praticamente está restrita ao rio Paraná e uma parte do Tietê com a usina Três Irmãos; Também temos a Empresa Metropolitana de Água e Energia Elétrica – EMAE). Além dessa função de coordenar, nós ainda temos a função de estabelecer a política pública na questão relacionado a energia elétrica, ao planejamento do setor elétrico do estado de SP, induzir de forma global e geral outras fontes de energia no estado de SP (biomassa, fotovotaico, co-geração, a gás), tudo isso para tentar dentro do sistema de otimização para que se possa explorar estas fontes, tendo em vista que o estado de SP não tem mais grandes recursos hídricos. Hoje há necessidade de estabelecer outras vias de produção de energia elétrica dentro do estado de SP, além dos recursos hídricos” (Assessor do Secretário de Energia do Estado de São Paulo, 2001).

Já a CSPE enquanto a agência reguladora da energia elétrica em nível estadual segundo o Comissário Chefe do Grupo Comercial e de Tarifa apresenta os seguintes objetivos a serem perseguidos e alcançados:

“A CSPE tem duas funções principais relacionadas sempre as questões energéticas, uma delas é o serviço de energia elétrica, é um serviço que é feito através de convênio com a ANEEL, nós exercemos as funções da ANEEL no Estado de São Paulo com relação a fiscalização, a controle e regulamentação complementar em relação ao serviço de energia elétrica. Temos por parte do Estado de São Paulo a execução do serviço com relação ao gás canalizado. A CSPE também controla e regula por delegação do Federação e designação da constituição para a CSPE, para o Estado de SP de uma forma geral” (Comissário Chefe do Grupo Comercial e de Tarifa da CSPE, 2001).

Embora a CSPE tenha sido criada em 1997 pela Lei Complementar nº. 833 de 18/10/97, ela é oriunda da Secretaria de Energia, onde já existiam as funções que vinha sendo desenvolvidas até para a caracterização dos contratos de concessão ou do processo de privatização das empresas distribuidoras de energia do Estado de São Paulo. Na verdade não havia uma formalização da sua existência, mas, teoricamente, ela existia através da Secretaria de Energia.

Tanto a Secretaria de Energia quanto a CSPE são essenciais para o entendimento do processo de reestruturação do setor elétrico paulista, no entanto, representantes de ambas as instituições reconhecem que houve deficiências na condução do processo supra, a saber:

“(…) o processo de privatização se deu independente dos órgãos reguladores, não só da CSPE, mas também inclusive da própria ANEEL. É realmente um serviço meio de contramão que aconteceu no país (como sempre) no sentido de você colocar o órgão fiscalizador/controlador após ser iniciado o processo” (Comissário Chefe do Grupo Comercial e de Tarifa da CSPE, 2001).

Já o assessor do Secretário de Energia do Estado de São Paulo, por sua vez, acredita que a privatização de uma forma geral não se efetivou, porém;

“O Modelo – privatista – de uma forma geral atende as necessidades, porém, há necessidade de fazer alguns pequenos ajustes em termos da reestruturação tarifária, induzir novos agentes a entrar no mercado ou diversificar a questão da matriz energética – isso está sendo proposto

com a colocação das térmicas com a utilização do gás natural” (Assessor do Secretário de Energia do Estado de São Paulo, 2001).

Embora ambas as instituições reconheçam por um lado que houve falhas no processo de privatização do setor elétrico paulista e/ou que ainda há necessidade de realizações de ajustes na intenção de melhorar o funcionamento do setor e sua respectiva prestação de serviço atendendo a qualidade e a acessibilidade nas tarifas praticadas, é verdade também, que as instituições supra vêem a privatização como um avanço para o setor no Estado.

Porém, uma crítica é comum tanto por parte da Secretaria de Energia quanto da CSPE (ambas representadas aqui pelos interlocutores que nos forneceram as entrevistas) ao processo de privatização do setor elétrico paulista, ou seja, a maior vulnerabilidade apresentada na privatização do setor elétrico foi:

“Obviamente é um processo – privatização – de captação de recursos no qual se apreendeu, porém pagando um preço agora por não ter exigido por exemplo, no ato de privatização da CESP que houvesse ampliação da oferta, ou seja, as empresas simplesmente adquiriram uma energia chamada velha e não se exigiu que eles fizessem o crescimento da oferta, isto é uma das razões pelo qual estamos vivendo essa questão do racionamento” (Comissário Chefe do Grupo Comercial e de Tarifa da CSPE, 2001).

“Não basta só privatizar, é preciso planejar e atentar as deficiências para que se possa atuar e isto mesmo com a iniciativa privada não se pode abrir mão. É preciso atuar de tal forma para que a tarifa que o cliente/consumidor venha pagar não esteja acima das suas condições – é preciso olhar para a perspectiva social também, não só para a econômica e política” (Assessor do Secretário de Energia do Estado de São Paulo, 2001).

Ou seja, a centralidade adquirida pela questão fiscal de ajuste das contas no processo de privatização do setor elétrico paulista em detrimento de uma orientação mais prepositiva para reestruturação do setor elétrico com planejamento inclusive de médio e longo prazo para o setor. Por outro lado, também decorrente desta ausência ou pouca importância dada ao planejamento no processo de privatização foi à deficiência na elaboração dos arranjos institucionais fiscalizatórios. As agências reguladoras como instituições fortes e preparadas para atuarem com eficiência na regulação de diversos conflitos entre os múltiplos atores envolvidos

direta ou indiretamente com o setor ora privatizado só foram efetivadas com as privatizações já em andamento e mesmo assim, sendo portadoras de inúmeras deficiências e contradições.

Por outro lado, a Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo é fruto, talvez uma dos mais positivos, da reestruturação do setor elétrico paulista. A FPHESP da forma como ela é composta hoje é decorrente da privatização do setor elétrico, donde foram incorporados os acervos da Eletropaulo Metropolitana, da CESP (Tietê e Paranapanema), da Elektro e da Bandeirante, ficando apenas os acervos da CPFL de fora, por ter sido privatizada anteriormente à criação da fundação. As empresas privatizadas – ficaram com a responsabilidade, além da doação dos acervos – de fazerem uma dotação orçamentária durante cinco anos para implementação efetiva da fundação, sendo a última parcela feita em janeiro de 2002.

Da perspectiva da FPHESP, a privatização é vista com bons “olhos”, porém, a perspectiva crítica a forma com que o processo foi conduzido em termos de implantação da reestruturação e criação de uma nova e adequada estrutura regulatória também se fazem presente, qual seja:

“A reestruturação do setor elétrico paulista era necessário, porém, as empresas do ponto de vista técnico não estavam comprometidas porque nunca perderam a qualidade de seus trabalhos (serviços), mas, passaram por um esgotamento nas suas formas de gestão, ou seja, em seu aspecto político. Por outro lado, todo o cenário nacional e internacional da própria economia exigia mudanças” (Assessora da presidente da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2001).

“O maior problema que aconteceu foi um certo descompasso que existiu entre a velocidade de implementação do processo de reestruturação do setor em São Paulo e no governo Federal que caminhou mais lentamente, tanto que a privatização do governo Federal foi em número menor (quando comparada proporcionalmente a ocorrida em São Paulo, principalmente na geração) e também a montagem das agências reguladoras foi num ritmo menor (mais lento)” (Assessora da presidente da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2001).

Já o IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), por sua vez, começou a realizar estudos sobre a privatização antes mesmo que o fenômeno estivesse acontecendo. Mas acabou encontrando muitas barreiras no acesso a informações que acabaram impossibilitando um trabalho com mais eficiência, com um conhecimento melhor que pudesse estar

ajudando e orientando o consumidor, o que o deixou muito mais como uma entidade reativa aos possíveis problemas do que pró-ativa como é a intenção propositiva do mesmo.

“As privatizações não seriam a solução para os problemas de energia elétrica do país, assim como da telefonia e da água também não, e percebemos também que os maiores prejudicados com as privatizações, se elas não tivessem um acompanhamento efetivo das regras estabelecidas em contratos, seria os consumidores residenciais, a sociedade civil como um todo, seria um desastre tanto para o bolso do consumidor como também pela qualidade dos serviços prestados” (Advogada do IDEC, 2001).

“Realizamos num segundo momento, por financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, novos estudos, dando continuidade aos antigos sobre energia, telefonia e água. Fizemos um amplo levantamento dos marcos regulatórios e percebemos a deficiência desses setores no que diz respeito aos direitos do consumidor, isso não só dos órgãos reguladores, mas também das próprias regras que já haviam sido estabelecidas. O órgão regulador tinha regras muito frouxas, o que inviabilizava qualquer demanda do consumidor em situação de conflito” (Advogada do IDEC, 2001).

O IDEC colocou, como uma de suas prioridades, a participação ativa e permanente no processo de privatização e também do pós-privatização, participando de audiências, seminários com especialistas e realizando pesquisas sobre os postos de atendimento que foram fechados, as tarifas praticadas e as ocorrências de inadimplência.

Já no que se refere a análise do IDEC sobre o processo de reestruturação em si e suas respectivas agências reguladoras, as críticas também não faltaram, a saber:

“O maior problema com as agências reguladoras são os contratos de concessão das empresas que são prejudiciais para os consumidores por autorizar aumentos fora de época, os consumidores ficam quase que de mãos atadas, não podendo contribuir em quase nada com as regras do jogo” (Advogada do IDEC, 2001).

“A CSPE tem demonstrado um bom trabalho, tem se apresentado na intenção de colaborar, embora fique aquém do esperado por ausência de pessoal e também por faltar dinheiro para ampliar as fiscalizações. Hoje toda a informação que os órgãos reguladores tem (ANEEL e CSPE) vem da própria empresa, é ela que leva as informações, os dados oficiais. Com isto fica difícil creditar a ANEEL e a CSPE a função efetiva para a

qual foram criados, dados estes momentos em que estamos vivendo e a forma com que o setor tem funcionado” (Advogada do IDEC, 2001).

A reestruturação do setor elétrico paulista, que foi um dos Estados que mais avançou nessas reformas tem nos demonstrado inúmeras deficiências, sejam elas no descompasso existente entre as privatizações em si aos “olhos” de órgãos governamentais e a efetivação e eficiência das agências reguladoras, ou pela possibilidade efetiva de crise e impactos negativos para os consumidores residenciais em particular, principalmente os de baixa renda. Hoje o consumidor tem pagado um alto preço pelos serviços que são prestados e que nem sempre é com a qualidade que deveria, a tarifa é muito alto – considerando que nossa fonte é predominantemente oriunda de fonte hidráulica –, ele passou por um racionamento de energia e pela falta de informações sobre a prestação dos serviços.

Abaixo apresentaremos um relato contido na Ação Civil Pública encaminhada pelo IDEC a ANEEL em agosto de 1999, e que até outubro de 2001 (mês e ano em que realizamos a entrevista), ainda não havia tido nenhuma resposta, segue-se em seguida o relato:

“O consumidor João Barbosa de Oliveira (Doc. VIII), consumiu em abril de 1998, 120 kWh/mês, pagando R\$ 16,90 (dezesseis reais e noventa centavos). No mês de abril de 1999, consumiu 113 kWh, ou seja, menos e pagou R\$ 21,30 (vinte reais e trinta centavos). Veja-se que o mesmo recebe de benefício previdenciário R\$ 174,07 (cento e setenta e quatro reais e sete centavos), ... Da reprodução fotográfica de sua residência, assim como de seu banheiro, já se vislumbra a miséria absoluta do pobre infeliz. No entanto, a CPFL cobra-lhe o valor como de tarifa normal, ou seja, o mesmo patamar de uma abastada família” (relato contido na Ação Civil Pública movida contra a ANEEL pelo IDEC em agosto de 1999).

Perante as contradições presentes no processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, especialmente no caso paulista no que tange ao reducionismo economista da reforma a quase que exclusivamente a um ajuste fiscal. O descompasso existente entre as privatizações e as institucionalizações das agências reguladoras. A pouca transparência e efetivação dessas agências como instituições de Estado e não como mecanismos institucionais de governo também se faz presente, nos inquietando sobre qual realmente tem sido e como tem se portado as referidas agências.

Essas contradições e muitas outras nos levam a suspeitar se este modelo adotado e implementado no setor elétrico em questão foi à opção ou possibilidade histórica mais viável para engendrar um melhor desenvolvimento do setor com o devido respeito aos fatores ambientais e social. Esses últimos em particular, pela grande desigualdade de renda e poder existente no país.

Além das contradições expostas acima que podemos classificar como fundamentais, também há a pouca ou ausência de transparência no trato governamental sobre qual o destino dado ao montante monetário que entrou com as empresas privatizadas. Este é mais um fator que acaba por pesar negativamente para afirmação de um dito Estado Democrático de Direito no Brasil, ou seja, são muitas as contradições tanto no campo formal como também na efetivação material – real – de tais políticas para o setor.

A CRISE DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O RACIONAMENTO DE 2001: BREVE APRESENTAÇÃO.

Em um momento de crise energética como o vivenciado em 2001, há o retorno da discussão acerca da criação de mecanismos institucionais que possibilitem a maior participação dos diversos segmentos sociais nas reformas engendrada no Estado brasileiro, principalmente as ocorridas no setor elétrico. Porém, antes desta discussão, é preciso ter o entendimento de duas questões, a saber: qual o impacto do processo de privatização do setor elétrico para a crise energética? Quais as conseqüências da crise para a cidadania?

Começando pela segunda questão, dado a diversidade com que a sociedade é composta, imagina-se que essa heterogeneidade (se bem aproveitada) pudesse engendrar um *código ético* em propósito da construção e continuidade do desenvolvimento nacional de forma a mitigar as desigualdades sociais¹¹ e a respeitar e garantir a cidadania de todos indis-

¹¹ Sabemos que o processo de mitigação das desigualdades sociais existentes no Brasil – que não são pequenas –, extrapola a própria questão da cidadania e da maior participação da sociedade civil na gestão/planejamento do setor público por ter que ser combatida em múltiplas frentes (alfabetização, melhor redistribuição de renda,

crimadamente. Pensar em ampliação da cidadania e/ou exercício pleno da mesma, implica não somente em consolidar a Democracia, como também remete a avanços na gestão e controle do que é Público (estatal ou não-estatal¹²).

Quando se pretende refletir sobre a cidadania e a questão da crise elétrica, não é numa tentativa de reafirmar que esses tipos de processos só ocorrem por motivações catastróficas (embora esses auxiliem), pois, como se sabe, tanto a formação da cidadania quanto à constituição da democracia se dão por processos históricos. Marshall (1967) é um dos autores que evidencia a constituição da cidadania na Inglaterra dentro de processos históricos ocorridos em espaços temporais diferenciados. Para tal análise, o autor divide a cidadania em direitos de primeira geração (civil e político) e de segunda geração (sociais)¹³.

No caso brasileiro, a cidadania é bem mais recente e – se for dividida em direitos de primeira e segundo geração, como o fez Marshall na Inglaterra – não apresentará a mesma linearidade histórica das conquistas dos direitos. No Brasil, os direitos civis, políticos e sociais se constituíram de forma muito mais difusa¹⁴. Além do mais, essa divisão da cidadania entre direitos civis, políticos e sociais é muito mais uma divisão me-

baixa mortalidade infantil dentre outros aspectos fundamentais), porém são de extrema importância para este processo.

¹² Um dos autores que explora esta concepção de público estatal e público não-estatal é o economista Bresser Pereira, 1998.

¹³ No caso Inglês, a divisão da cidadania apresentou-se no seguinte arranjo: os direitos civis foram conquistados no século XVIII e abrangiam os direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, ir e vir, direito à vida (concepção liberal clássica). Os direitos políticos foram conquistados no século XIX e diziam respeito à liberdade de associação, de organização política e sindical, sufrágio universal dentre outras e os direitos sociais, econômicos e creditícios foram conquistados no século XX e abrangeram os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria e etc. É justamente os direitos sociais que tornam real (material) o direito formal (institucional) (Marshall, 1967).

¹⁴ Para ilustrar, basta evidenciar que alguns direitos trabalhistas (enquanto direitos sociais) foram conquistados na década de 30 e a consolidação plena dos direitos políticos com o sufrágio universal (incluindo votos para os analfabetos) data-se da constituição de 1988.

todológica para o entendimento de como a cidadania constitui-se na história do que uma divisão em si, ou seja, não há como pensar a existência de um cidadão que simultaneamente não tenha incorporado culturalmente e garantido institucionalmente os direitos civis, políticos e sociais.

Ao se constituir dentro de processos históricos, a cidadania não só garantiu direitos aos indivíduos como também os deixou em situação de equidade. Porém, quando a sociedade se depara com uma situação, seja de reforma ou de crise de algum setor essencial à vida dos indivíduos, é preciso tomar cuidado para que a cidadania não seja afrontada, pois, se essa for afetada, haverá uma tendência de impactar de formas diferenciadas os indivíduos, isso porque o poder de negociação nos órgãos decisórios dos indivíduos é desigual. A parcela de menor poder aquisitivo da sociedade tende a ser mais afetada.

Perante este panorama, a crise elétrica deve ser encarada não só como uma crise do setor elétrico – com repercussão diretamente na economia nacional –, mas também, como uma possibilidade de crise da cidadania – materializada de imediato em impactos diferenciados nos vários estratos de consumidores, donde os de baixa renda tendem a ser mais prejudicados, seja no acesso ou nas tarifas praticadas. Neste sentido pode-se encarar a energia elétrica como indicador de inclusão ou exclusão social, refletindo diretamente na qualidade de ser ou não cidadão.

A crise do setor elétrico brasileiro de um lado e a cidadania do outro – ambas fazendo parte do mesmo momento histórico – deixa as coisas um pouco mais complicadas e complexas, tratando-se da necessidade de resolução da crise instaurada recentemente no setor elétrico. Isto porque há uma tendência em se realizar escolhas que de forma direta ou indireta venham a favorecer uma em detrimento da outra, ou seja, a solução para a crise e a preservação da cidadania foram processos encarados separadamente pelo governo. Muitas dessas escolhas foram debatidas na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGCE), resultando em inúmeras resoluções, decretos e quatro Medidas Provisórias (MP) que visavam à superação da crise no setor. A composição da CGCE ficou assim definida:

1. Ministros de Estado
 - Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá;
 - de Minas e Energia, que será o seu vice-presidente;

- do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
 - da Fazenda;
 - do Planejamento; Orçamento e Gestão;
 - do Meio Ambiente;
 - Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República;
 - Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
2. Dirigentes máximos das seguintes entidades:
 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
 - Agência Nacional de Águas – ANA;
 - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e
 - Agência Nacional do Petróleo – ANP;
 3. Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;
 4. Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; e
 5. Outros membros designados pelo Presidente da República (MP nº 2.198-3, de 28 de junho de 2001, medida em vigor).

Como evidenciado acima pela composição da CGCE, a sociedade civil fica sub-representada ou praticamente nula. Fato este que é crave e deveria ser encarado com muita seriedade, uma vez que pensar em um Estado Democrático implica em necessariamente refletir e articular a sociedade em sua totalidade com a composição básica de três grandes atores; o Estado, o Capital e a Sociedade Civil.

A CGCE, ao deliberar e/ou criar uma determinada normatização que visa combater a crise – como o art. 5º e 13º da MP nº 2.198-3 –, estabelece os objetivos do Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica, a saber: a compatibilização da demanda de energia com a oferta por meio da otimização do consumo de energia à setores estratégicos; o regime especial de tarifação ao consumidor segundo os níveis de consumo dentre outros. O maior problema deste tipo de combate a uma crise, tal como a instada no setor elétrico brasileiro, é que a superação dela acaba ficando em primeiro lugar, ou seja, acima até mesmo de alguns direitos dos consumidores. Todos acabam pagando de forma e intensidade

diferenciada conforme seu posicionamento na estratificação social, porém, de forma inversa à prioridade social, donde os consumidores de baixa renda tem sofrido os impactos mais deletérios.

Os que estão nas estratificações mais baixas tende a ser mais sacrificados do que os que encontram-se acima, pois, dado a precarização econômica e social em que vivem, já não dispõem de muitos bens de consumo, muitas vezes restringindo seus consumos aos seguintes aparelhos elétrico-eletrônicos: uma televisão, um chuveiro, uma geladeira, um ferro de passar e poucas lâmpadas de iluminação residencial. Esses consumidores ainda ficariam mais prejudicados por já se encontrarem em um limite mínimo de gasto de energia elétrica por um lado e por outro, por não disporem de condições financeiras para usufruírem dos benefícios da tecnologia para economizarem (as lâmpadas mais econômicas com pouca perda de calor são muito caras) (IDEC, 2001b).

Porém, não é só os estratos que já vivem em condições precarizadas de consumo elétrico que tende a ser mais prejudicados. Os indivíduos/famílias que por algum motivo já evitavam o desperdício de energia, economizando e racionando os gastos elétricos também tendem a ser mais penalizados que aqueles que faziam mau uso do consumo elétrico dado a forma com que foi calculado as médias com que cada domicílio, comércio ou indústria deveria economizar.

Percebe-se que a lógica com que as propostas de superação da crise advindas da CGE caminharam no sentido de dar centralidade a redução do consumo de energia elétrica por mais que essa de forma direta ou indireta impactasse negativamente setores da sociedade, principalmente o residencial que após o início de reestruturação do setor elétrico – privatização – tem pagado significativamente mais pela energia elétrica.

“Os consumidores residenciais, após as privatizações, tiveram aumentos que dependiam da quantidade consumida mensalmente, sendo que, na média, chegou-se a aumentos da ordem de 108%. Este percentual é muito superior ao aumento para as classes de consumo industrial, comercial e outras, cujos reajustes variaram de 3,15% até 26,57%, dependendo da empresa. A nova política tarifária, cuja orientação culminou num resultado assustador, segundo o qual o consumidor de até 30 Kwh, ou seja, o consumidor de baixa renda, sofreu um aumento real (além da inflação) da ordem de 321,45%. (Idec, 2001b)”

Quadro 3
Aumento real da tarifa de energia elétrica para o consumidor residencial
no período de junho de 1994 a agosto de 1999

Consumo Mensal	Junho 1994	Agosto 1999	Diferença (R\$)	Variação (%)	Inflação	Aumento Real (%)
Até 30 Kwh	0,68	4,83	4,15	613,34	69,26	321,45
Até 50 Kwh	1,75	8,05	6,30	360,00	69,26	171,78
Até 100 Kwh	4,44	16,10	11,70	262,61	69,26	114,24
Até 200 Kwh	13,78	32,20	18,40	133,67	69,26	38,06
Até 220 Kwh	16,25	35,42	19,20	118,00	69,26	28,80
Até 300 Kwh	26,1	48,29	22,20	85,02	69,26	9,31
Até 400 Kwh	38,41	64,39	26,00	67,62	69,26	- 0,97
Até 500 Kwh	50,73	80,49	29,80	58,66	69,26	- 6,26
Até 700 Kwh	75,36	112,69	37,30	49,54	69,26	- 11,65
Até 900 Kwh	99,99	144,38	44,40	44,40	69,26	- 14,69
Até 1100 Kwh	124,60	177,08	52,5	42,10	69,26	- 16,05

Fonte: IDEC (www.idec.org.br)

* O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) elaborou o quadro com informações extraídas da ANEEL.

Um outro aspecto ligado à crise do setor elétrico foi o processo de privatização engendrado no país na década de 90. Para o entendimento do porquê esse processo corroborou para a crise é preciso analisar as duas motivações que a causaram, a saber: motivações estruturais e motivações conjunturais.

Um dos aspectos estruturais já expostos neste livro foi a importância do capital estrangeiro para consolidação do parque gerador hidroelétrico brasileiro no final de 1960 e praticamente em toda a década de 1970. A inviabilidade de o Brasil realizar empréstimos especiais junto ao FMI para investimentos em infra-estrutura no final da década de 1980 prejudicou bastante a capacidade do Estado (governo Federal e estadual) em investir na ampliação da geração e das redes de transmissão. Porém, este fator em si não é a única causa determinante da crise.

Outro fator que pode ser considerado estrutural foi o aumento significativo do consumo de água dos múltiplos usuários na história recente brasileira, como por exemplo, o maior consumo de água pelo setor urba-

no¹⁵ e da agricultura (irrigação) que atingem de forma direta a capacidade de água nos reservatórios (usinas hidroelétricas).

Os aspectos conjunturais referem-se as conseqüências do processo de privatização em si. A forma com que a privatização ocorreu no Brasil, especialmente a do setor elétrico, fez com que houvesse uma redução drástica nos investimentos para geração de energia elétrica. Isso porque a opção do governo ao privatizar as empresas de distribuição ou de geração foi em evitar ao máximo os gastos e/ou investimentos realizados pelas empresas para deixá-las mais atrativas para a competição no mercado.

O governo, quando optou pela não realização de investimentos ou por investimentos de pouco valor monetário enquanto estivesse privatizando as empresas estatais de distribuição e geração de energia elétrica, fez com que houvesse um crescente desequilíbrio entre a oferta e a demanda elétrica. Outros fatores conseqüentes desta orientação política foram os baixos investimentos realizados para a ampliação das redes de Transmissão de Alta Tensão, cujas benesses seriam uma maior integração nacional e regional da oferta elétrica brasileira, o que ocasionaria um melhor aproveitamento (otimização) da capacidade elétrica do país. Tanto um quanto outro fator incidiram diretamente como causas da crise. Com a crise deflagrada – com parte significativa do setor elétrico de distribuição e geração privatizado – o governo anunciou investimentos de aproximadamente R\$ 10 bilhões do BNDES em 3 anos na geração, transmissão e distribuição¹⁶.

A ausência de investimentos no setor elétrico durante o processo de privatização e o não cumprimento da realização dos investimentos que ficaram a encargo das novas concessionárias do setor elétrico também colaboraram para a deflagração da crise. Num primeiro momento, o governo argumentou que a causa da crise seria a falta de chuva. Só depois de algum tempo assumiu falhas no planejamento da máquina governamental, porém, a chuva ainda continuou como sendo uma causa relevante no discurso do governo (FHC).

¹⁵ Como ilustração desse exemplo, temos o sistema Cantareira que exporta cerca de 30m³/s de água da bacia Piracicaba para a grande São Paulo.

¹⁶ Jornal Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro – B7, de 8 de agosto de 2001.

A variação pluviométrica sempre esteve presente no cenário brasileiro, ou seja, ano a ano no Brasil a geração de energia hidroelétrica depende da variação das chuvas. Sendo que, desde a década de 1960 que não havia mais ocorrido falta de energia elétrica, mesmo nos momentos históricos de vazão muito baixa, como a ocorrida em 1971 (cerca de 60% da média). Em 1990, embora a média da vazão também tenha sido baixa (porém, ainda um pouco acima da média de 1971) não dá para atribuir a ela o fator fundamental para a crise. Vários foram os períodos de seca intercalados historicamente e nem por isso houve crises de energia em todos eles. Não é possível justificar uma crise assentada na média de vazão quando se vem ano a ano investindo aquém do que o setor precisaria para funcionar (Rosa, 2002).

A junção dos fatores estruturais e conjunturais presentes no setor elétrico seria os principais causadores da crise elétrica. Porém, alguns atores sociais estão se beneficiando da crise, dentre eles, as próprias concessionárias de energia (muitas delas, nas mãos do capital privado internacional) que ao funcionarem dentro de uma lógica de mercado, estão conseguindo maximizar seus lucros tanto pelas conquistas adquiridas junto a ANEEL para aumento das tarifas, quanto pelo movimento de venda da energia economizada por alguns setores aos consumidores que não estavam conseguindo atingir a meta de racionamento. Em um momento de crise onde começa haver um desequilíbrio entre oferta e a demanda há uma grande tendência de maior elasticidade da oferta no sentido de aumento de preços.

A privatização ainda teve um outro desdobramento que em época de crise se acirrou mais, qual seja: uma mudança substancial na relação real que uma empresa prestadora de serviços públicos mantém com a sociedade civil. Ao passo que numa empresa estatal (por mais que seu funcionamento não seja satisfatório) há uma relação em que o usuário é visto como cidadão, logo, portador de toda uma dimensão social de direitos e deveres que excedem a relação usuário/empresa. Com a privatização e gestão destas empresas pelo capital privado, ocorre uma mudança essencial na relação entre os usuários e as empresas. Os usuários passam a ser encarados como consumidores, e o consumo é apenas uma dimensão da cidadania, mas não sua totalidade. Um outro risco desta nova re-

lação é a dimensão custo/benefício do consumidor, ou seja, ele sempre será visto como alguém que deve trazer benefícios às empresas, logo, os investimentos para melhorar o atendimento a esses consumidores passa por um cálculo racional onde a soma dos investimentos mais a arrecadação (via tarifa paga pelos consumidores) sempre deve ser positiva, de preferência maximizada.

Os fatores estruturais por um lado e os conjunturais por outro, lançam um desafio sobre como melhorar a eficiência dos serviços de utilidade pública sem oneração estatal e prejuízo aos usuários e, ao mesmo tempo, preservar a cidadania, a qualidade dos serviços e um preço acessível da energia elétrica a ser paga pelos usuários. O modelo que vigorou no Brasil na década de 1990 não dar conta de tal desafio, o que nos leva a pensar que esse só será superado por um planejamento sinérgico que integre numa mesma análise; o respeito a cidadania; a eficiência e competitividade dos serviços públicos; o uso da água e da energia evitando o desperdício (sociabilização dos melhoramentos tecnológicos e ampliação das informações educativas) e, por fim, o equilíbrio da oferta e demanda elétrica brasileira com a preservação da margem de segurança¹⁷ para funcionamento.

Muitas são as possibilidades críticas de avaliação e análise da crise que o setor elétrico passou no ano de 2001, muitos também são os atores que de forma discursiva, por meio de estudos ou por implementação de políticas também apresentaram criticidade sobre a crise e o chamado racionamento. Aqui demonstraremos apenas algumas falas e ou parte de trabalhos que surgiram na direção da crítica.

Entendo que a crítica não se assenta na tentativa de inviabilização ou na demarcação pela demarcação simplesmente por discordar. A crítica, que inclusive este livro apresenta, é no sentido de exercitar um debate sobre outras possibilidades históricas de se fazer reformas, de reestruturar os diversos setores de infra-estrutura, aqui nos ateremos ao setor elétrico. Além do mais, como já evidenciado no capítulo 3 e que também

¹⁷ A margem de segurança no setor elétrico é a garantia da oferta elétrica necessária a manutenção da sociedade nos seus múltiplos usos mesmo nas ocasiões mais adversas possíveis.

será apresentado neste, alguns atores responsáveis por órgãos governamentais, embora favoráveis à reestruturação como ocorrida no setor elétrico brasileiro, não deixam de enumerar suas críticas.

Para a CSPE, a crise no setor e o racionamento, fizeram com que se ampliasse muito os trabalhos, como complicador, a comissão ainda teve que enfrentar os problemas decorrentes da fase de implantação em que estavam. A CSPE vinha se consolidando e foi obrigado a fazer uma ampliação extraordinária no quadro de funcionários durante este período para ser possível atender a demanda relativa ao esclarecimento à população e a fiscalização de demais atividades além daqueles normais do serviço de energia vigente, pata tal, a comissão contou com o apoio da USP por meio de consultoria.

Por outro lado a CSPE também reconhece que alguns transtornos foram gerados, mas no final ainda acham que o saldo foi positivo:

“Na verdade houve uma grande encrenca geral nesse país, não só com os consumidores residenciais, mas também industriais e uma série de sustos iniciais que a consolidação do racionamento e sua implantação acabaram desmistificando algumas coisas... A economia não tomou aquele baque (impacto) esperado pelas pessoas que anteciparam as características de consumo. Não há situações gritantes de problemas gerados pela solicitação de redução do consumo e no final nós estamos aprendendo que devemos evitar o desperdício, ou seja, ao voltar a normalidade iremos consumir menos energia de uma forma geral para os mesmos usos” (Comissário Chefe do Grupo Comercial e de Tarifa da CSPE, 2001).

Na visão da CSPE, assim como da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, a crise e o racionamento, embora portadores de alguns constrangimentos acabaram por ser positivo para o Estado e para o país porque acabou engendrando um comportamento mais responsável do consumidor no que se refere à utilização de energia e também para evitar o desperdício. O governo do Estado, por meio do Decreto nº 45.765/01, instituiu o Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia no âmbito dos órgãos da administração pública direta, das autarquias, das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e das empresas onde o Estado tenha participação majoritária em reduzir o consumo em 20%.

“O racionamento teve alguns constrangimentos, mas que rapidamente foram superados, e só não foram menores porque houve uma demora, ou seja, o governo, retardou a racionamento até um limite crítico. Essa morosidade do governo em decretar o racionamento começou a chegar em situações críticas o que obrigou em maio e junho esta redução drástica de 20% em média para todo setor elétrico” (Assessor do Secretário de Energia do Estado de São Paulo, 2001).

As falas institucionais da CSPE e da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo embora reconheçam que houve deficiências, nos parece veicular um discurso centrado na lógica do crescimento e dos avanços pelas catástrofes enfrentadas, ou seja, uma lógica sempre reativa. Nos causa estranheza que instituições tão importantes para o bom funcionamento do setor elétrico paulista ainda pensem desta forma, ao passo que há muitas reflexões e estudos científicos sobre as maneiras pró-ativas de atuação.

Justamente durante esses momentos de crise que se evidencia algumas das contradições entre o que o governo veicula discursivamente e o que ele implementa como política, a saber, o discurso governamental de fazer política com planejamento e sua prática (no setor elétrico em particular) de pouco planejamento e muita reação às mazelas decorrentes das políticas implementadas, tal como vivenciamos no setor elétrico em esfera federal (governo FHC) e principalmente em esfera estadual (como o caso paulista, como o Estado que mais avançou nas privatizações no setor tanto na distribuição, quanto na geração).

Embora a FPHESP também tenha visto o racionamento como, no geral, sendo positivo porque induziu um novo hábito de consumo evitando o desperdício, um fato não pode deixar de ser visto e percebido, qual seja:

“A energia é um insumo básico cujos impactos atinge todos os setores econômicos e toda vida cotidiana das pessoas, ela tem um poder de influência muito sério e numa crise, é o consumidor, a sociedade que vai sofrer os problemas maiores, os custos sociais da perda e/ou ausência de energia são muito alto” (Assessora da presidente da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2001).

As análises realizadas tanto pela CSPE como também pela Secretaria de Energia do Estado de São Paulo tanto no que se refere a reestruturação do setor quanto ao próprio processo de crise que se instalou no país

em 2001 parte quase que restritamente de uma orientação conjuntural marcada por uma análise reducionista de custo benefício, principalmente quando se trata de analisar a crise e o racionamento.

É claro que evitar o desperdício e a melhor utilização de energia deve ser metas cotidianas e isto é muito bom para o país como um todo. Com o racionamento, se por um lado, obrigou o mau usuário a passar a fazer um bom uso da energia elétrica consumida, também é verdade que o consumidor que já fazia um bom uso e os consumidores de baixa renda (que já não tinham muito onde reduzir o consumo) foram prejudicados, configurando-se numa fábula que pune os “bons” para forçar os maus” a serem bons.

Desta forma, não se dá primeiramente para reduzir toda discussão aos fatores conjunturais, é necessário também compreender o setor pelos fatores estruturais, pois muitas políticas postas em prática no presente só vão apresentar muitos de seus impactos no médio e longo prazo. Em segundo lugar, não dá para lidar com o racionamento de forma homogênea, nem mesmo o consumidor, afinal, há vários estratos de consumidores segundo a capacidade de consumo elétrico e portadores das mais variadas rendas. Sendo assim, veicular estritamente que o racionamento foi positivo porque fez com que a parcela que fazia mau uso da energia foi obrigada a evitar o desperdício é desconsiderar a diversidade existente e plural presente na sociedade e na forma de se relacionar com a energia elétrica.

Já as críticas do IDEC ao processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, particularmente o Paulista e a crise – racionamento – de energia elétrica não faltaram;

“No racionamento faltou orientação sobre a necessidade de economizar, de evitar o desperdício, a sociedade civil ficou as margens das discussões da reestruturação do setor elétrico brasileiro, por isso que teve tão poucas informações” (Advogada do IDEC, 2001).

“Na perspectiva do IDEC a crise que o setor passou – racionamento – decorreu de falta de investimentos no setor, desde 97 em eventos do setor estamos escutando os especialistas falarem sob uma possível crise no setor elétrico. Os técnicos do governo por outro lado diziam que esses especialistas eram “terroristas”¹⁸ porque eles estavam se adiantando a uma questão que estava sobre responsabilidade e controle do governo. O

¹⁸ O termo “terrorista” entre aspa foi utilizado pelo próprio entrevistado.

governo pecou por não ter investido mais, por não ter propiciado uma ampla campanha de informação para o consumidor que esta crise viria (porque possivelmente o governo já sabia). O racionamento, a falta de energia e a falta de investimento no setor foram traumáticas para o consumidor” (Advogada do IDEC, 2001).

“Se tivéssemos tido uma ampla campanha de informação sobre o uso racional de energia elétrica, da necessidade de economizar, o processo teria sido diferente para o consumidor” (Advogada do IDEC, 2001).

“O consumidor de baixa renda que já não tem como economizar, além de não ter um enquadramento adequado é quem mais tem sofrido os impactos e com o racionamento as perdas foram no sentido de ter perdido o direito adquirido de se enquadrar como baixa renda” (Advogada do IDEC, 2001).

As críticas decorrentes do IDEC seja por via dos textos disponibilizados no site (www.idec.org.br) ou pela entrevista concedida, são no sentido de exacerbar a pouca participação da sociedade civil no processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro por falta de espaços criados e institucionalizados pelo governo.

Outra crítica feita, e talvez a principal, em função do próprio fim último do IDEC se refere aos impactos gerados aos consumidores residenciais, principalmente os de baixa renda, tanto no processo em si de racionamento, como nas tarifas praticadas e no acesso aos serviços. Outro fator que corroborou com tais impactos foram às brechas contratuais que no limite acabavam por beneficiar as concessionárias em detrimento dos consumidores.

Como percebido, o racionamento e a crise no setor elétrico como um todo foi resultado de diversos fatores conjunturais e estruturais contidos no setor e que não foram equacionados de forma a prevenir e/ou evitar o mal estar passado, impactando por decorrência algumas camadas de consumidores residenciais.

O racionamento e a crise do setor elétrico brasileiro, e do paulista em particular (por ter sido um dos mais efetivo), deve ser encarado como um exemplo historicamente determinado de escolhas políticas feitas e implementadas em um setor de infra-estrutura essencial para a dinâmica social da modernidade e, seus respectivos efeitos deletérios são os marcos concretos das deficiências e contradições desta opção que se centrou numa orientação político-econômica neoliberal.

ANEXOS

Área de prestação de serviço das empresas de distribuição do Estado de São Paulo



Fonte: www.cpfl.com.br

Figura 2 - Área de Concessão da CPFL

Quadro 4

Perfil da empresa CPFL de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo

Nº de Clientes	2,4 MM
Consumo	19.512 GWh
Parcela de venda da CESP	19,0%
Concessão controlada pela empresa VBC (Votorantin, Bradesco e Camargo Correa)	

Fonte: CESP – Audiência Pública – Privatização das empresas de Geração, 1999 (site www.cesp.com.br)

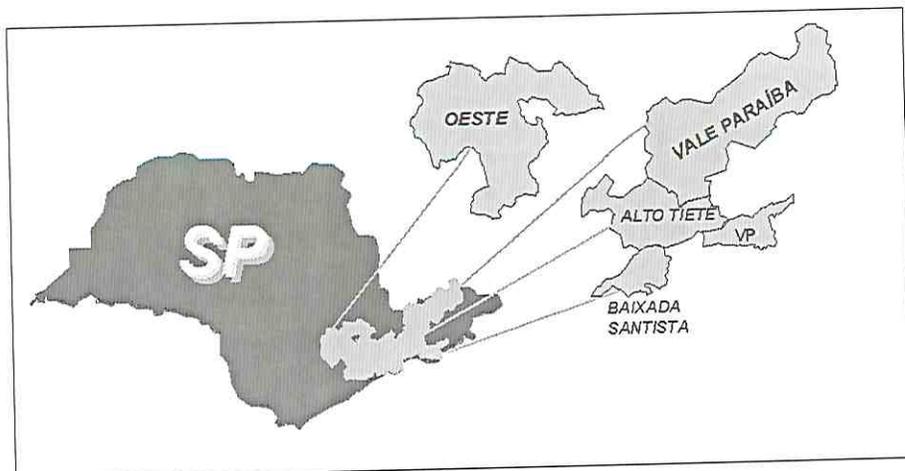
Relação dos Municípios Atendidos pela CPFL (N = 235)

Águas de Lindóia	Glicério	Paulínia
Águas de São Pedro	Guaiçara	Paulistânia
Agudos	Guaimbê	Pederneiras
Altair	Guaíra	Pedregulho
Altinópolis	Guapiaçu	Penápolis
Alto Alegre	Guará	Piacatu
Álvaro de Carvalho	Guaraci	Pindorama (*)
Alvinlândia	Guarantã	Piracicaba
Americana	Guararapes	Pirajuí
Américo Brasiliense	Guariba	Pirangi
Amparo	Guataparã	Piratinga
Analândia	Herculândia	Pitangueiras
Araçatuba	Hortolândia	Poloni
Aramina	Iacanga	Pompéia
Araraquara	Ibaté	Pongaí
Arealva	Ibirá	Pontal
Areiópolis	Ibitinga	Potirendaba
Ariranha	Icem	Pradópolis
Avaí	Igaraçu do Tietê	Pratânia
Avanhandava	Igarapava	Presidente Alves
Bady Bassitt	Ipiguá	Promissão
Balbinos	Ipuã	Queiróz
Bálsamo	Itaju	Quintana
Barbosa	Itapira	Rafard
Bariri	Itápolis	Reginópolis
Barra Bonita	Itapuí	Restinga
Barretos	Itatiba	Ribeirão Bonito
Barrinha	Itatinga (*)	Ribeirão Corrente
Batatais	Itirapuã	Ribeirão Preto
Bauru	Ituverava	Rifaina
Bebedouro	Jaborandi	Rincão
Bento de Abreu	Jaboticabal	Rio das Pedras
Bilac	Jaci	Rubiácea
Birigüí	Jardinópolis	Sabino
Boa Esperança do Sul	Jaú	Sales Oliveira
Bocaína	Jeriquara	Saltinho
Bofete	José Bonifácio	Santa Adelia
Boracéia	Júlio Mesquita	Santa Barbara d'Oeste
Borebí	Lençóis Paulista	Santa Cruz da
Botucatu (*)	Lindóia	Esperança
Braúna	Lins	

Brejo Alegre	Lucianópolis	Santo Antonio da Alegria
Brodósqui	Luis Antonio	Santo Antonio do Aracanguá
Brotas	Luiziânia	Santo Antonio do Jardim
Buritizal	Lupércio	Santópolis do Aguapeí
Cabralia Paulista	Macatuba	São Carlos
Cafelândia	Marília	São Joaquim da Barra
Cajobi	Matão	São José da Bela Vista
Cajurú	Miguelópolis	São José do Rio Preto
Campinas	Mineiros do Tietê	São Manuel
Campos Novos Paulista	Mirassol	São Pedro
Cândido Rodrigues	Mirassolândia	São Simão
Capivari	Mombuca	Serra Azul
Cássia dos Coqueiros	Monte Alegre do Sul	Serra Negra
Cedral	Monte Alto	Serrana
Charqueada	Monte Aprazível (*)	Sertãozinho
Clementina	Monte Azul Paulista	Severínia
Colina	Monte Mor	Socorro
Colômbia	Morro Agudo	Sumaré
Coroados	Morungaba	Tabatinga
Cosmópolis	Motuca	Taiacu
Cravinhos	Neves Paulista	Taiúva
Cristais Paulista	Nova Europa	Tanabí
Descalvado	Nova Granada	Taquaral
Dobrada	Nova Odessa	Taquaritinga
Dois Córregos	Nuporanga	Terra Roxa
Dourado	Ocaçu	Torrinha
Duartina	Olímpia	Trabiju
Dumont	Onda Verde	Ubarana
Elias Fausto	Oriente	Uchôa
Embaúba	Orlândia	Uru
Espirito Santo do Pinhal	Palestina	Valinhos
Fernando Prestes	Palmares Paulista	Valparaíso
Fernão	Paraíso	Vera Cruz
Franca	Pardinho	Viradouro
Gabriel Monteiro	Patrocínio Paulista	Vista Alegre do Alto
Gália	Santa Ernestina	
Garça	Santa Lúcia	
Gavião Peixoto	Santa Maria da Serra	
Getulina	Santa Rosa do Viterbo	

Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo

(*) Municípios atendidos por duas concessionárias



Fonte: www.bandeirante.com.br

FIGURA 3 – ÁREA DE CONCESSÃO DA EMPRESA BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

Quadro 5
Perfil da empresa Bandeirante Energia S.A. de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo

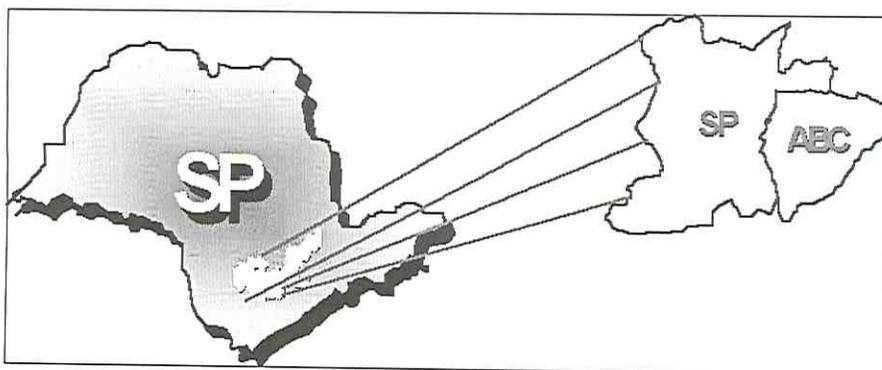
Nº de Clientes	2,0 MM
Consumo	24.511 GWh
Parcela de venda da CESP	24,0 %
Concessão controlada pelas empresas EDP e CPFL	

Fonte: CESP – Audiência Pública – Privatização das empresas de Geração, 1999 (site www.cesp.com.br)

Relação dos Municípios Atendidos pela Bandeirante Energia S.A. (N = 28)

Aparecida	Guaratinguetá	Poá
Biritiba-Mirim	Guarulhos	Potim
Caçapava	Itaquaquetuba	Roseira
Cachoeira Paulista	Jacareí	Salesópolis
Canas	Jambeiro	Santa Branca
Caraguatatuba	Lorena	São José dos Campos
Cruzeiro	Mogi das Cruzes	São Sebastião
Ferraz de Vasconcelos	Monteiro Lobato	Suzano
Guararema	Pindamonhangaba	Taubaté
		Tremembé

Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo



Fonte: www.eletropaulo.com.br

FIGURA 4 – ÁREA DE CONCESSÃO EMPRESA ELETROPAULO METROPOLITANA

Quadro 6
Perfil da empresa Eletropaulo Metropolitana de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo

Nº de Clientes	4,4 MM
Consumo	38.978 GWh
Parcela de venda da CESP	38,5 %
Concessão controlada pelas empresas AES, CSN, EDF e Reliant	

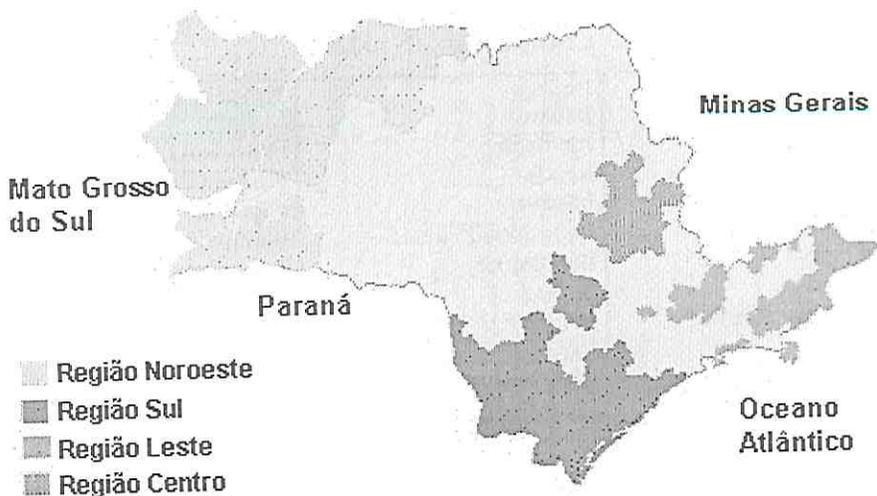
Fonte: CESP – Audiência Pública – Privatização das empresas de Geração, 1999 (site www.cesp.com.br)

Relação dos Municípios Atendidos pela Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (N = 24)

Barueri	Itapevi	Santana de Parnaíba
Cajamar	Jandira	Santo André
Carapicuíba	Juquitiba	São Bernardo do Campo
Cotia	Mauá	São Caetano do Sul
Diadema	Osasco	São Lourenço da Serra
Embu	Pirapora do Bom Jesus	São Paulo
Embu-Guaçu (*)	Ribeirão Pires	Taboão da Serra
Itapecerica da Serra	Rio Grande da Serra	Vargem Grande Paulista

Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo

(*) Município atendido por duas concessionárias



Fonte: www.elektro.com.br

Figura 5 – Área de Concessão da Elektro Eletricidade e Serviço S.A.

Quadro 7
Perfil da empresa Elektro Eletricidade e Serviço S. A. de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo

Nº de Clientes	1,5 MM
Consumo	10.853 GWh
Parcela de venda da CESP	10,7 %
Concessão controlada pela empresa ERON	

Fonte: CESP – Audiência Pública – Privatização das empresas de geração, 1999 (site www.cesp.com.br)

Relação dos municípios Atendidos pela Elektro Eletricidade e Serviço S.A. (N = 227)

Aguai	Irapuru	Pirassununga
Águas da Prata	Itaberá	Planalto
Alvares Florence	Itanhaém	Pontalinda
Américo de Campos	Itaóca	Pontes Gestal
Andradina	Itapeva	Populina
Angatuba	Itapirapuã Paulista	Porangaba
Anhembi	Itaporanga	Porto Ferreira
Anhumas	Itapura	Praia Grande (*)
Aparecida d'Oeste	Itararé	Quadra
Apiáí	Itariri	Queluz
Arapeí	Itirapina	Redenção da Serra
Araras	Jacupiranga	Registro
Areias	Jales	Ribeira
Artur Nogueira	Jarinú	Ribeirão Branco
Arujá	Joanópolis	Ribeirão Grande
Aspásia	Jumirim	Rio Claro
Atibaia	Junqueirópolis	Riolândia
Auriflama Bananal	Juquiá	Riversul
Barão de Antonina	Lagoinha	Rosana
Barra do Chapéu	Laranjal Paulista	Rubinéia
Barra do Turvo	Lavínia	Sandovalina
Bertioga	Lavrinhas	Santa Albertina
Bom Jesus dos Perdões	Leme	Santa Clara d'Oeste
Bom Sucesso de Itararé	Limeira	Santa Cruz da
Buri	Lourdes	Conceição
Buritama	Macaubal	Santa Cruz das
Cabreúva	Macedônia	Palmeiras
Caieiras	Magda	Santa Fé do Sul
Cajati	Mairiporã	Santa Gertrudes
Campina do Monte Alegre	Marabá Paulista	Santa Isabel
Campos do Jordão	Mariápolis	Santa Mercedes
Cananéia	Marinópolis	Santa Rita do Passa
Capão Bonito	Meridiano	Quatro
Cardoso	Mesópolis	Santa Rita d'Oeste
Castilho	Mira Estrela	Santa Saete
Cerquillo	Miracatu	Santana da Ponte Pensa
Cesário Lange	Mirandópolis	Santo Antonio de Posse
Conchal	Mirante do	Santo Antonio do Pinhal
Conchas	Paranapanema	São Bento do Sapucaí
	Mogi-Guaçu (*)	São Francisco

Cordeirópolis	Mogi-Mirim	São João da Boa Vista
Coronel Macedo	Monções	São João das Duas Pontes
Corumbataí	Mongaguá	São João de Iracema
Cosmorama	Monte Castelo	São João do Pau d'Alho
Cunha	Murutinga do Sul	São José do Barreiro
Dirce Reis	Narandiba	São Luís do Paraitinga
Dolcinópolis	Natividade da Serra	Sebastianópolis do Sul
Dracena	Nazaré Paulista	Sete Barras
Eldorado	Nhandeara	Silveiras
Engenheiro Coelho	Nipoã	Sud Menucci
Estiva Gerbi	Nova Campina	Suzanápolis
Estrela do Norte	Nova Canaã Paulista	Taciba
Estrela d'Oeste	Nova Castilho	Tambaú
Euclides da Cunha Paulista	Nova Guataporanga	Tapiraí
Fartura	Nova Independência	Taquarivaí
Fernandópolis	Nova Lusitânia	Tarabaí
Flora Rica	Orindiuva	Tatuí
Floreal	Ouro Verde	Teodoro Sampaio
Flórida Paulista	Ouroeste	Tietê
Francisco Morato	Pacaembu	Torre de Pedra
Franco da Rocha	Palmeira d'Oeste	Três Fronteiras
Gastão Vidigal	Panorama	Tupi Paulista
General Salgado	Paraibuna	Turiúba
Guapiara	Paranapuã	Turmalina
Guaraçai	Pariquera-Açu	Ubatuba
Guarani d'Oeste	Parisi	União Paulista
Guarujá (*)	Paulicéia	Urânia
Guzolândia	Paulo de Faria	Valentim Gentil
Igaratá	Pedranópolis	Vargem Grande do Sul
Iguape	Pedro de Toledo	Vitória Brasil
Ilha Comprida	Pereira Barreto	Votuporanga
Ilha Solteira	Pereiras	Zacarias
Ilhabela	Peruíbe	Anaurilândia (**)
Indiaporã	Piedade	Brasilândia (**)
Ipeuna	Pilar do Sul	Santa Rita do Pardo (**)
Iporanga	Piquete	Selvíria (**)
Iracemápolis	Piracaia	Três Lagoas (**)
	Pirapozinho	

Fonte : Secretaria de Energia do Estado de São Paulo

(*) Municípios atendidos por duas concessionárias

(**) Municípios pertencentes ao estado de Mato Grosso do Sul

Demais Empresas de Energia Elétrica (N = 85)

<p>CSE - Caiuá - Serviços de Eletricidade S/A Adamantina Alfredo Marcondes Caiabu Caiuá Emilianópolis Indiana Inúbia Paulista Lucélia Martinópolis Osvaldo Cruz Parapuã Piquerobi Pracinha Presidente Epitácio Presidente Prudente Presidente Venceslau Regente Feijó Ribeirão dos Índios Sagres Salmourão Santo Anastácio Santo Expedito Álvares Machado (*) Presidente Bernardes (*)</p>	<p>CPEE - Cia. Paulista de Energia Elétrica Divinolândia Itobi São Sebastião da Gramma Tapiratiba Caconde (*) Casa Branca (*) São José do Rio Pardo (*)</p> <p>CSPE - Cia. Sul Paulista de Energia Alambari Guareí São Miguel Arcanjo Sarapuí Itapetininga (*)</p> <p>CJE - Cia. Jaguari de Energia Holambra Pedreira Jaguariúna (*)</p> <p>CLFM - Companhia Luz e Força de Mocóca Mocóca (*)</p>
<p>CLFSC - Cia. Luz e Força "Santa Cruz" Águas de Santa Bárbara Arandu Canitar Cerqueira César Espírito Santo do Turvo Iaras Ipaussu</p>	<p>CNEE - Cia. Nacional de Energia Elétrica Adolfo Borborema Catanduva Catiguá Elisiário Irapuã Itajobi</p>

Itaí	Marapoama
Manduri	Mendonça
Óleo	Nova Aliança
Paranapanema	Novais
Santa Cruz do Rio Pardo	Novo Horizonte
São Pedro do Turvo	Sales
Sarutaiá	Tabapuã
Taguaí	Urupês
Taquarituba	Pindorama (*)
Tejupá	EEB - Empresa Elétrica Braganti-
Timburí	na S/A
Ubirajara	Pedra Bela
Ávaré (*)	Pinhalzinho
Bernardino de Campos (*)	Tuiuti
Chavantes (*)	Vargem
Ourinhos (*)	Bragança Paulista (*)
Pirajú (*)	

Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo

(*) Municípios atendidos por duas concessionárias

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603
Telefax 0XX (19) 3788.1589
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
morewa@unicamp.br

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPEN-
SÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.